

# **MODERNIZAÇÃO ENERGÉTICA E DESENVOLVIMENTO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO: reestruturação produtiva do capital e precarização do trabalho nas áreas de Cerrado**

*Ricardo Júnior de Assis Fernandes Gonçalves*

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão. Membro do Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – UFG/CAC. [ricardoassisgeo@hotmail.com](mailto:ricardoassisgeo@hotmail.com)

*Marcelo Rodrigues Mendonça*

Professor dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão. Membro do Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – UFG/CAC. [mendoncaufg@gmail.com](mailto:mendoncaufg@gmail.com)

## **RESUMO**

Vivencia-se uma era de profundas transformações socioeconômicas associadas às metamorfoses na dinâmica do modo de produção capitalista, refletindo mutações no trabalho e modificações na relação metabólica homem-natureza. Diante do pensamento único e hegemônico imposto pelo capitalismo *em tempos de globalização*, das aviltantes condições de vida e intensificação da precarização do trabalho associadas à crise ambiental, novas questões passam a ser debatidas a partir do avanço do setor sucroalcooleiro nas áreas do Cerrado brasileiro nas últimas décadas. Considerado um setor estratégico e decisivo da economia e da geopolítica, a estrutura energética é um elemento de grande importância para o desenvolvimento de qualquer país. Neste contexto, a produção de agrocombustíveis evidencia ambigüidades: de um lado a *fórmula* para a crise ambiental com ênfase na expansão de cultivos não alimentares; de outro o aumento da fome e a crescente subnutrição ameaçam milhares de homens e mulheres, principalmente nos países pobres. Fundamentado na produção bibliográfica recente acerca da expansão do setor sucroalcooleiro nas áreas do Cerrado brasileiro, propõe-se discutir os fatores *escondidos* pelo discurso midiático e interesses do agronegócio. Propõe-se ainda uma análise geográfica sobre a questão energética, especificamente o setor sucroalcooleiro, estabelecendo o foco a partir da crise ambiental e da precarização do trabalho, enquanto sustentáculos para o processo de acumulação do capital.

**Palavras Chave:** Crise Ambiental; Setor Sucroalcooleiro; Agrocombustíveis; Trabalho; Cerrado.

## 1. INTRODUÇÃO

A partir das últimas décadas do século XX, a humanidade assistiu a uma série de acontecimentos. Progresso tecnológico, expansão do capitalismo em escala mundial, precarização do trabalho e impasses ecológicos são exemplos que redimensionaram as últimas décadas. Também a Geografia foi impactada pelas mudanças que agitaram o final do século XX, contexto em que “[...] o mundo passa por transformações de magnitude sem precedência, o que implica novos questionamentos e preocupações das ciências sociais e naturais, entre as quais a Geografia”. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 20).

Permeando esses caminhos, teses catastróficas envolvendo o contexto ambiental contemporâneo passaram a evidenciar os riscos que a queima dos combustíveis fósseis representa. Para reverter essa conjuntura o discurso em defesa de energias limpas e renováveis compõe a agenda política e empresarial de diversos países. Com ênfase no Brasil, rico em potencialidades naturais e produção agrícola, o país se tornou o *epicentro* das discussões em defesa de uma matriz energética fundamentada em recursos renováveis e alternativos, como a biomassa<sup>1</sup>.

Neste contexto, pode-se dizer que as transformações sociais, políticas e econômicas do mundo moderno afetaram e afetam grandemente o sistema energético brasileiro, modelando o seu desenvolvimento. No que se refere à expansão da cultura canavieira para produção de álcool combustível, o tema tem sido abordado pelos diversos papéis, aspectos e atribuições que o mesmo tem desempenhado ao longo do tempo, desde a criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool) nos anos de 1970, contexto de crise mundial do petróleo.

Os resultados expostos neste artigo se efetivaram a partir da revisão bibliográfica de autores que abordam as temáticas: reestruturação produtiva do capital, precarização do trabalho e a territorialização do setor sucroalcooleiro nas áreas de Cerrado brasileiro, que abrange Estados como Goiás, Minas Gerais, Tocantins entre outros. O recorte espacial são as áreas do Cerrado, principalmente em Goiás, que nas últimas décadas tem presenciado uma acelerada territorialização de usinas sucroalcooleiras e expansão da cultura canavieira. Entre os autores contemplam-se as considerações teóricas de Castro (2007), Oliveira (2003), Paulino (2009),

---

<sup>1</sup> A biomassa se encontra no reino vegetal, ou seja, através da circulação entre CO<sub>2</sub> e oxigênio e no sentido enunciado no texto, refere-se a produtos orgânicos de precedência vegetal como cana de açúcar, árvores, plantas ou mesmo resíduos agrícolas como palha de milho e bagaço de cana, usados como fontes renováveis de energia.

Mendonça (2007), Thomaz Júnior (2009) e Antunes (1995). As informações sobre o setor sucoalcooleiro em Goiás são fundamentadas em dados fornecidos pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás (SEAGRO, 2010).

Desta forma, através deste artigo procura-se delinear discussões e debates em torno da expansão da cultura canavieira nas áreas de Cerrado, destacando o território goiano, os avanços da produção de agrocombustíveis e seus efeitos sobre o meio ambiente e a sociedade do trabalho diante da reestruturação produtiva do capital nas últimas décadas do século XX e início do terceiro milênio. Sob o enfoque da Geografia, a partir deste contexto expõe os discursos defendidos por ambientalistas e pelos agentes do capital, interessados em manter seus interesses e garantir as maiores fatias do mercado, mesmo que para isso o meio ambiente e os *Povos Cerradeiros*<sup>2</sup> sejam negligenciados.

## 2. OS NOVOS RUMOS DO CAPITALISMO E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL NAS ÁREAS DO CERRADO BRASILEIRO

As últimas décadas do *século dos extremos* (HOBSBAWM, 1995) foram períodos de rápidas mudanças no contexto mundial, com momentos emblemáticos e ao mesmo tempo, espaço de críticas, questionamentos e dúvidas, tempo de profundas mudanças paradigmáticas. Décadas em que a expansão do capitalismo tornou-se surpreendente, estruturando dúvidas e críticas ao socialismo real.

A crise do capitalismo na década de 1970 e emergência da era da acumulação flexível, o definhamento do *Welfare-Estate*, concomitante com as incertezas acerca da política keynesiana, fundamentaram as décadas seguintes. A partir do coroamento do neoliberalismo e da reestruturação produtiva do capital, se produz obscuras alterações na sociedade e não menos importante, no mundo do trabalho com monumental desemprego e enorme precarização do trabalho (ANUNES, 1995).

---

<sup>2</sup> De acordo com Mendonça (2007, p. 27) “[...] compreende-se esses povos (indígenas, quilombolas, camponeses, trabalhadores da terra propriamente tradicionais, etc.) como aqueles que historicamente viveram e vivem nas áreas de Cerrado, constituindo formas de uso e exploração da terra a partir das diferenciações naturais-sociais de produção e de trabalho muito próprias e em acordo com as condições ambientais, resultando em múltiplas expressões culturais. Entretanto, o que os diferencia além da perspectiva de se manterem na terra, constituindo modos de ser e de viver é a ação política na defesa da terra de trabalho e da reforma agrária a partir de diversos elementos, dentre eles a cultura como determinante de ações políticas de cariz revolucionária”.

No que confere à burguesia e ao capitalismo, em sua incessante “autodestruição inovadora” (ALVES, 1999) a expansão do sistema capitalista, cuja face tornou-se reconhecida na atualidade pelo neoliberalismo é o resultado sócio-histórico da concorrência intercapitalista e do embate entre classes, evidenciando a modernização do capitalismo que “se caracteriza como uma vivificante arte de fazer-se plenamente”. (MENDONÇA, 2009, p. 4). Concomitante, a sociedade coetânea passa a ser testemunha de uma gradual evolução das tecnologias da informação. Diante deste contexto, o trabalho passa a ser alvo de uma (re)organização mais flexível, construindo novos meios de exploração e gerando *incompreensibilidade* por parte das organizações sociais e sindicais, como associações, cooperativas e sindicatos.

A evolução tecnológica tem sido rápida e surpreendente, gerando novas formas de pensar e se relacionar com os objetos do conhecimento e com a complexidade das estruturas de dominação do capitalismo, momento traduzido por seu aspecto “técnico-científico-informacional, característico não apenas da vida urbana, mas também do mundo rural”. (SANTOS, 2001, p. 88). A globalização ou apenas espaços da globalização ligados por redes (SANTOS, 2001), tem metamorfoseado a relação tempo/espaço em termos de serviços mundiais, financeiros, comerciais, turísticos etc. No âmbito político, econômico e ambiental, o neoliberalismo vem reestruturando de forma hegemônica os interesses políticos, a produção e consumo, valorizando a competitividade.

A partir da década de 1990, presencia-se um processo de reestruturação contínuo do capitalismo, impondo uma nova realidade pautada no conhecimento como elemento basilar da produção e do acúmulo de vantagens diferenciais em um cenário capitalista de competição globalizada. Sobre o espectro do neoliberalismo e da “minimização do Estado”, as políticas públicas e investimentos empresariais passam a ser redimensionadas, o que confere certo sentido nesta pesquisa, especialmente no campo do trabalho e movimentos sociais, compondo não apenas o ambiente urbano, mas também o rural, com impactos diversos nas áreas do Cerrado brasileiro.

Sendo assim, tendo como ponto de partida as três últimas décadas do século XX, profundas transformações sociais, políticas e econômicas e culturais alteraram a realidade mundial, ocasionando rápidas metamorfoses em diversos setores da sociedade, incluindo o ambiental, o energético e as relações de trabalho. A crise do capitalismo a partir da década de 1970 reestruturou os períodos seguintes a partir do coroamento do neoliberalismo, tendo como pioneiros Ronald Reagan nos Estados Unidos, e a primeira ministra da Inglaterra Margaret

Thatcher, cognominados por Sevcenko (2001) como Adão e Eva da ordem neoliberal. De forma dialética surgem também as manifestações sociais, ampliam-se as desigualdades entre os países, o nível de pobreza abismal, os conflitos étnico-raciais, a precarização do trabalho e não menos importante, a crise ecológica, contrapondo desenvolvimento e sustentabilidade.

Dentro deste contexto, garantindo a funcionalidade do capitalismo, a “informação totalitária” (SANTOS, 2001) desempenha papel central, ou seja, “o fim do século XX erigiu como um dado central de seu funcionamento o despotismo da informação, com o próprio nível alcançado pelo desenvolvimento da técnica atual, tão necessitada de um discurso”. (SANTOS, 2001, p. 50). Além disso, a reestruturação e acumulação mundial do capitalismo, a escalada de destruição ambiental, da falta de alimentos e, conseqüentemente, ampliação da fome e da miséria pelos territórios globais, o próprio movimento do capital passa a buscar alternativas que possam assegurar a sua longevidade e garantia de novos lucros. Neste sentido, os agrocombustíveis expressam um movimento de busca por energias renováveis, consideradas mais limpas e autônomas, reduzindo a dependência em relação às áreas extrativas de combustíveis fósseis, redesenhando a geopolítica mundial e impondo novos interesses (MENDONÇA, 2007).

No que se refere à expansão monocultora canavieira no Cerrado brasileiro para produção de agrocombustíveis, várias transformações vão se efetivando no decorrer das últimas décadas, concernente ao papel social das instâncias produtivas e avanços tecnológicos, seu financiamento e abrangência de atuação, políticas implementadas, novas exigências do mercado de trabalho, entre outros. A produção do etanol passa a exigir novos arranjos e áreas de produção, vitimando o Cerrado brasileiro em nome da modernização da matriz energética. Com destaque para o Estado de Goiás, a expansão sucroalcooleira tem sido fortalecida se comparada a outros Estados como Minas Gerais e São Paulo:

Goiás possui vantagens como áreas livres da burocracia das leis ambientais e política tributária mais flexível. Além dos benefícios de uma carga tributária menos sufocante, o Estado recebeu usinas que vieram de São Paulo, pois preferiram expandir seus negócios em Goiás. (SEAGRO, 2010, p. 1).

Diante disso, muitas questões ligadas à agricultura familiar e os *Povos Cerradeiros* foram tornando-se longínquas, nebulosas, a ponto de instaurar um fetiche, como se este fosse o reduto da harmonia, enfim lugar de descanso e não palco de conflitos profundos (PAULINO, 2009).

Isso estabelece os reflexos da expansão capitalista e neoliberal no campo, sob a égide do discurso único. Assim, é sob esses contornos que diversos países e particularmente o governo brasileiro passam a investir em projetos, financiando pesquisas e a produção de agrocombustíveis, implementando políticas e mecanismos que intensificaram os processos de mercantilização do setor energético em Estados como Goiás e Minas Gerais, avançando sobre as áreas de Cerrado.

Partindo deste contexto torna-se possível discutir a modernização do setor energético com base na expansão da monocultura da cana de açúcar e os efeitos sobre o meio ambiente e as relações de trabalho.

### **3. MODERNIZAÇÃO DO SETOR ENERGÉTICO: precarização do trabalho e degradação ambiental nas áreas do Cerrado**

Opondo-se ao conjunto dos complexos naturais à medida que a história vai se (re)construindo, uma nova configuração territorial é expressada pelas obras dos seres humanos. Estradas, plantações, prédios, depósitos, usinas, postos, fábricas etc., verdadeiras próteses, são edificadas e expressadas por uma configuração territorial que tende à negação da primeira natureza, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada (SANTOS, 2001).

“No capitalismo, o acesso aos recursos existentes na natureza passam por relações mercantis, visto que sua apropriação pelo capital implica a eliminação de sua gratuidade natural”. (OLIVEIRA, 2003, p. 65). Assim, expressão dos (re)arranjos do capitalismo, interessado na acumulação e circulação do capital, não só a natureza, mas também os trabalhadores (homens e mulheres), culturas centenárias são negligenciadas em nome do discurso da modernização conservadora (agrícola, energética ou industrial).

Segundo Oliveira (2003) conduzido pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a sua própria valorização, o capital mais uma vez se apropria dos discursos e das políticas voltadas para a questão ambiental. No que se refere à agroindústria canavieira no Brasil e com destaque para o território goiano, diante da modernização e busca por energias limpas e renováveis com base na biomassa, a ênfase na produção monocultura e concentração fundiária evidencia os efeitos sobre o meio ambiente e a sociedade, principalmente

sobre os povos despossuídos de suas terras, conformando a intensificação das políticas públicas assistencialistas, verdadeira “indigência assistida” (MENDONÇA, 2007).

Em Goiás, a produção de cana aumentou em mais de 20% em relação à safra anterior (2008/09) e a estimativa é que, até 2011, o Estado receba algo em torno de R\$ 5 bilhões em investimentos neste setor. O Estado ocupa a quarta posição no ranking nacional da produção sucroalcooleira e a área colhida e destinada à produção corresponde a 520,3 mil hectares. Em pouco mais de dez anos, foi triplicado o número de usinas no Estado, atingindo 36 plantas em funcionamento (SEAGRO, 2010).

Por outro lado, os impactos das atividades agropecuárias no Cerrado brasileiro são evidentes. Segundo Castro (2007):

O Cerrado brasileiro, que abrangia cerca de 24 % do território nacional, passou a ser utilizado intensamente por atividades agropecuárias nos últimos quarenta anos, em consequência da última fronteira agrícola, facilitada por programas governamentais de interiorização do desenvolvimento, estimulando-se uma redução de cerca de metade de sua área. (CASTRO, 2009, p. 9).

Concomitante com a expansão da soja, eucaliptos etc., o cultivo da cana-de-açúcar faz-se presente nas áreas do Cerrado. Como a seleção de áreas para plantio da cana envolve questões estratégicas tanto de ordem naturais (solo, disponibilidade de recursos hídricos, declividade etc.) como mercadológicas, com o aumento da demanda por fontes de combustíveis renováveis, o cultivo da cana-de-açúcar, o etanol e o Brasil emergem com grande evidência na conjuntura internacional nos últimos anos. Destacando as áreas de Cerrado em Goiás:

Hoje, Goiás possui condições favoráveis para atrair investidores. Além da topografia, solo plano e clima favorável, destaca-se o fato de a cana ocupar apenas 1,15% da área plantada do Estado, que se dedica também à produção de soja. Em resumo, o potencial de crescimento da atividade é uma perspectiva altamente lucrativa (SEAGRO, 2010, p. 1).

Ainda, as perspectivas para o Estado são muitas, a expectativa alentada é de que, superadas as atuais 36 plantas de etanol em funcionamento, com a implantação de mais cem usinas, Goiás se destaque cada vez mais diante do cenário nacional produtivo da cana-de-açúcar (SEAGRO, 2010). Contudo, os impactos da introdução e desenvolvimento do sistema

sucroalcooleiro abarcam uma variedade de usinas e áreas de plantio ao seu redor, implicando em múltiplos impactos, tais como:

Os impactos no uso de recursos materiais (principalmente energia e materiais); os impactos no meio ambiente (qualidade do ar; clima global; suprimento de água, ocupação do solo e da biodiversidade; uso de defensivos e fertilizantes); a sustentabilidade da base de produção agrícola, com resistência a praga e doenças; o impacto nas ações comerciais, tratando de competitividade e subsídios. (CASTRO, 2007, p.9).

Diante deste quadro “não se pode pensar os elementos produção e produtividade sem discutir a relevância social e os prejuízos ambientais decorrentes”. (MENDONÇA, 2007, p. 21). Porém, grande parte dos pesquisadores que sustentam o princípio das energias limpas em substituição aos combustíveis fósseis adota

[...] o discurso midiático, patrocinado pelos complexos agroindustriais e pelas oligarquias financeiras globalizadas que mercantilizam as mentes, algumas sábias, outras nem tanto, para justificar a elaboração e a execução de políticas públicas consertacionistas para salvar a humanidade. (MENDONÇA, 2009, p. 2).

Após décadas de poluição e destrutividade pesquisadores apresentam como “alquimistas” detentores de ingredientes encantadores a solução para os impactos ambientais que afetam o planeta, ou seja, “a bioenergia, os agrobiocombustíveis entre tantas outras ações paliativas, sem, no entanto, tocar no âmago da questão, ou seja, a necessidade da produção destrutiva que assegura longevidade ao capital”. (MENDONÇA, 2009, p. 3).

Os discursos defendendo o aumento das lavouras canavieiras ganham força diante da necessidade de redução dos gases que agridem a atmosfera terrestre. O mais evidenciado, o gás carbônico (CO<sub>2</sub>), resultante da queima de combustíveis fósseis, como os derivados do petróleo (gasolina, diesel etc.). Por isso, especialistas defendem que os derivados do petróleo terão de ser substituídos por formas limpas de energia, assim, os agrocombustíveis podem ter um papel significativo no controle das emissões de gases de efeito estufa no setor de transportes.

Além disso, os riscos e preocupações diante da possibilidade de esgotamento das fontes de petróleo alimentam as perspectivas de crescimento da demanda nacional e internacional de agrocombustíveis, o que contribui para a expansão do setor sucroalcooleiro. Concomitante com essas questões “[...] o aumento nos preços do petróleo, a instabilidade política das principais

áreas produtoras e o crescimento das preocupações ambientais estimulam a busca por fontes alternativas de energia”. (CASTRO, 2007, p. 29).

Assim, o debate e as políticas que envolvem a instalação de monoculturas (como a cana-de-açúcar) para a produção de agrocombustíveis bradam por questionamentos. Como afirma Mendonça (2009) urge;

[...] a necessidade de rever o modelo – o paradigma – questionando as formas de uso e exploração da terra, a concentração fundiária, a apropriação de terras devolutas, o apoio do Estado às empresas nacionais e transnacionais que polui e destrói o meio-ambiente. (MENDONÇA, p. 4).

Considerando que esse quadro não se limita aos impactos ambientais, o discurso elaborado por alguns ambientalistas com o objetivo de reformar e dar um conteúdo humano ao capital não se efetiva, pois desconsidera a forma histórica de apropriação do capital sobre o trabalho (MENDONÇA, 2007).

Thomaz Júnior (2009) diz que ontologicamente prisioneiro da sociedade, o trabalho, em todas as suas dimensões é a base do auto-desenvolvimento da vida material e espiritual. Nas discussões enfatizadas neste artigo, compreendemos trabalho como tema da Geografia, fundamental para o entendimento da sociedade e suas relações. Como enfatiza Thomaz Junior (2009):

No ato de trabalho, portanto, encontraremos as raízes fundamentais para o entendimento de toda a rede de relações que permitem a manutenção e reconstrução da sociedade, da maneira pela qual a conhecemos e, justamente, no seu desvendamento teremos as condições necessárias para compreender os diferentes movimentos que os “sujeitos sociais” (capitalistas, trabalhadores e Estado) realizam - coletiva ou individualmente - no sentido de sobreviverem enquanto sujeitos. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 25).

Assim, pode-se afirmar que o trabalho representa uma resposta às exigências e necessidades do ser humano. Neste processo, “o homem realiza o salto do reino da necessidade para o reino da liberdade”. (MENDONÇA, 2004, p. 50). Para Marx (1994) através do trabalho o ser humano se exterioriza, pois o resultado do trabalho adquire forma, cor, sentido e movimento.

Analisando o trabalho em sua época, diante de situações aviltantes, Marx (1994) percebe que na sociedade capitalista o trabalho se transforma em uma mercadoria, vendida como qualquer outra no mercado. Concebendo que a marca da sociedade capitalista é a divisão social do trabalho

e a apropriação dos resultados por outro que não é o trabalhador, Marx (1994) enfatiza que a característica do homem de conceber o trabalho antes de realizá-lo é perdida.

Estas considerações se apresentam bastante atuais, diante das transformações que vem sendo efetuadas nas últimas décadas do século XX e limiar do século XXI no contexto da sociedade capitalista. Para Mendonça (2009) indubitavelmente, os efeitos das mudanças vivenciadas pelo capitalismo nas últimas décadas atingem profundamente o mundo do trabalho, ainda que estejam sendo escamoteadas pelo discurso dos agentes hegemônicos da economia mundial.

Abordar as metamorfoses no campo das relações de trabalho no contexto da sociedade contemporânea é uma tarefa que envolve uma sistemática contextualização com a nova conjuntura econômica, tecnológica, política e social, munida pelas forças em movimento regidas pelo capitalismo predatório.

Com ênfase no setor sucroalcooleiro, ocorre uma transformação técnico-científico significativa no campo, carregando consigo aquilo que para o capitalismo é o epicentro de suas atenções, ou seja, a valorização do capital e o aumento da mais-valia. E ainda, assevera Thomaz Junior (2009, p. 24) “[...] o trabalho de pesquisa técnico-científica se dá dentro dos moldes e prioridades de sua produção/reprodução, onde a descoberta (máquinas etc.) é a síntese da própria acumulação deste”.

O progresso das tecnologias, resultados de pesquisas científicas, ou seja, da aliança entre o desenvolvimento das técnicas e das ciências, formam os elementos de dominação do capital sobre o trabalho. De acordo com Thomaz Junior (2009):

A incorporação do “progresso técnico-científico” nada mais é do que a adoção do “progresso” das técnicas capitalistas de produção como um dos elementos de dominação do capital sobre o trabalho, ou mais especificamente, a explicitação da subsunção real do trabalho no capital, como alternativa para o desenvolvimento das relações capitalistas. Representa, então, um “progresso” do processo de valorização do capital, a partir do momento que permite incrementar a extração de mais-valia. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 24).

No capitalismo a lógica do sistema produtor vem convertendo a competição e a busca da produtividade em um processo destrutivo, o desemprego torna-se crônico, gerando uma incomensurável sociedade dos excluídos e precarizados (ANTUNES, 1995).

Para Mendonça (2004, p. 56) “[...] percebe-se que o capital, em sua lógica destrutiva, opera uma verdadeira ofensiva no intuito de aumentar o controle social e legitimar as ações de dominação sobre os trabalhadores”. É possível verificar que se processou um acirramento da precarização do trabalho (terceirização, subcontratação, trabalho domiciliar, inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, desregulamentação das leis trabalhistas, informalidade), tendências que resultaram no controle do trabalhador dentro e fora do local de trabalho (ANTUNES, 1999). Aprofunda-se em escala planetária a reprodução acirrada do trabalho estranhado. O trabalho não é executado como práxis, como ação consciente e transformadora da realidade, mediado pela união dialética entre teoria e prática.

Neste sentido, pode-se verificar que o trabalho humano vem cada vez mais *alimentando* interesses de determinados grupos ou nações e sendo visto como uma forma de exploração, quando deveria ser a própria condição humana (ANTUNES, 1999). Em conjunto com a reestruturação produtiva do capital, do surgimento das modernas tecnologias de comunicação e seus reflexos no âmbito produtivo, “[...] o capital financeiro se lança na busca de novas transações comerciais, exigindo, cada vez mais, espaços globalizados, interligados e colocados sob seu comando”. (MENDONÇA, 2004, p. 57). Enquanto isso, forças nefastas e predatórias tem acarretado uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente de homens e mulheres pelo mundo afora.

A reestruturação produtiva do capital, territorializada no Cerrado e cuja expressão mais recente se torna evidente na expansão da cultura canavieira e da matriz industrial para produção de agrocombustíveis, traz consigo fortes modificações no trabalho, gerando e fazendo desaparecer novas categorias de trabalhadores, assim como dissipando/alterando modos de vida que dependem da terra para sua própria sobrevivência, como os *Povos Cerradeiros*. Esses povos (índios, quilombolas etc.) estão sendo negligenciados diante dos interesses hegemônicos do capital, pela busca de lucros e novas alternativas de acumulação oferecidas pela possibilidade de desbravamento do Cerrado através das agroindústrias. Como se não bastasse, os agentes do agronegócio não parecem dispostos a dividir espaço, oportunidades, recursos e poder. De acordo com Paulino (2009):

Sequiosos pelo novo segmento de mercado, agora têm diante de si a tarefa de “convencer” os mercados globais de que cumprem regras ambientais e trabalhistas, já que estes requisitos começam a ser invocados para a definição dos critérios que tendem a ser ajustados conforme as regras protecionistas dos países centrais. (PAULINO, 2009, p. 213):

Quando se trata de crescimento econômico e abertura de novas oportunidades, as regras do mercado são plenamente assimiláveis pelos protagonistas do capital. Diante deste quadro diversos fatores entram em cena, exigindo um aprofundamento das reflexões expostas nesta pesquisa, com o intuito de assegurar a compreensão dos interesses de classes camuflados pelos agentes do agronegócio, apoiados pelo Estado.

#### **4. DESENVOLVIMENTO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO: para compreender os interesses dos agentes do capital**

É urgente desvelar os interesses do setor sucroalcooleiro e evidenciar as preocupações que envolvem a expansão do agronegócio do etanol. Uma das preocupações levantadas no que se refere à expansão do setor sucroalcooleiro é que ele poderia conduzir uma redução das áreas destinadas à produção de alimentos, resultando em sua escassez e/ou o aumento de seus preços.

Para Thomaz Junior (2009), a crise de alimentos que assola o planeta é consequência de um modelo agrícola que tem como prioridade seguir as leis mercadológicas. De acordo com o referido autor, o modelo de dominação do capital, mais propriamente a comercialização de alimentos no mercado mundial, influi negativamente no que diz respeito à estrutura produtiva familiar camponesa. A isso se liga a ideia difundida pelas transnacionais e *personas* do capital de que a produção agropecuária tem que servir ao mercado.

O mundo contemporâneo, o da globalização como fábula e perversidade (SANTOS, 2001), apresenta diante da sociedade atual uma torre de babel de discursos e ideias, que no dizer de Marx (1994) são as ideias das classes dominantes. Essa idealização que paira sobre o contexto atual e que abrange as relações atuais gestadas pelas ações hegemônicas “[...] têm como base construções intelectuais fabricadas antes mesmo da fabricação das coisas e das decisões de agir”. (SANTOS, 2001, p. 159).

Milton Santos (2001) em “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal” é enfático ao afirmar que vivemos num mundo confuso e confusamente

percebido. Diante da possibilidade e criação de um mundo cada vez mais voraz, o autor supracitado ainda questiona (2001, p. 17); “[...] haveria nisso um paradoxo pedindo explicação?” Assim, como entender esse quadro diante do extraordinário progresso das técnicas e das ciências envolvendo a busca alucinante por novas fontes de energia e ao mesmo tempo, os artifícios do capital hegemônico?

Considerado um setor estratégico e decisivo da economia e da geopolítica, a estrutura energética é um elemento de grande importância para o desenvolvimento de qualquer país. O Brasil detém um significativo potencial energético, privilegiado se comparado com outros países. As possibilidades de aproveitamento hidrelétrico e de obtenção de energia usando a biomassa como fonte primária são significativos, o que faz do país o centro das discussões quando se trata da expansão da cultura de cana-de-açúcar para produção do etanol.

A cultura canvieira tem presença produtiva no Brasil à longa data. Desde o tempo das capitânicas hereditárias, foi um importante produto de exportação e fez a riqueza da metrópole portuguesa através da comercialização do açúcar derivado da cana. No século XVIII, a produção entrou em declínio com a competição do açúcar produzido pelos holandeses nas Antilhas, além do açúcar de beterraba, produzido na Europa. A reorganização do setor canvieiro só veio a ocorrer na década de 1930 pela intensa ação do Estado que criou o Instituto do Açúcar e do Alcool, fixando preços e cotas de importação e exportação (GIRARDI, 2007).

Com a crise mundial do petróleo na década de 1970, quando a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) promoveu aumentos no barril de petróleo, acarretando crises econômicas em diversos países, emerge no Brasil nesta mesma década, o Proálcool, para incentivar a produção do etanol como resultado do impacto negativo na economia nacional em decorrência do “primeiro choque do petróleo”.

Atualmente, a produção e comercialização do açúcar e do etanol passam a seguir os ditames do mercado. A competitividade, que para Santos (2001) comanda nossas formas de ação e tem a guerra como norma, faz da produção do etanol um viés para suprir a crise energética que clama por alternativas limpas e renováveis e, ao mesmo tempo, garante lucro ao capital.

Os investimentos e interesses das agroindústrias sucroalcooleiras em grandes projetos confirmam a hipótese de que o capital se apropria do discurso de geração de energia limpa, produção de combustíveis provenientes de fontes renováveis, conservação da vegetação para sequestro de carbono etc. Transcorrendo estas questões ocorrem também os interesses voltados

para os atuais rumos do mercado, novas formas de obtenção de lucros e de acumulação de capitais.

A reestruturação produtiva do capital exige dos grandes investidores, novas roupagens e discursos ideológicos, preservando seus benefícios, efetivando uma modernização conservadora aos seus interesses. Isso requer como condição o exercício de fabulações. Lembrando Santos (2001):

Este mundo globalizado, visto como fábula, erige como verdade um certo número de fantasias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação. A máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema. (SANTOS, 2001, p. 18).

Tudo isso faz parecer que a sociedade está diante de uma ideologização maciça. Desta forma, diante dos discursos dos agentes do capital, do impasse entre desenvolvimento e sustentabilidade, o papel das organizações sociais, do poder público e da sociedade civil em geral é fundamental. De acordo com Castro (2007) as oportunidades de desenvolvimento que a difusão acelerada do setor sucroalcooleiro no país representa é embutido de desafios e riscos, assim:

O papel do poder público e da sociedade civil é fundamental neste momento para assegurar um crescimento planejado e equilibrado, capaz de potencializar os efeitos dinâmicos e mitigar os possíveis impactos econômicos, sociais e ambientais negativos. (CASTRO, 2007, p.33).

Como os protagonistas hegemônicos do capital, neste caso a burguesia rural, tende a manter seus interesses, o empreendimento ideológico reformulado por ela se propõe neutro quando prescreve o bem estar de todos e a busca do pleno emprego (THOMAZ JÚNIOR, 2009). Acrescenta-se a isso que o papel omissivo do Estado no âmbito de políticas sociais reverte-se quando se trata do apoio aos empresários do agronegócio do etanol, aguçando suas esperanças. Para Thomaz Júnior (2009):

Os empresários apresentam-se esperançosos em conseguir contar com o apoio do Estado para manterem os derivados da cana-de-açúcar na matriz energética, sendo que isso inclui a abertura do leque de opções tecnológicas e que sejam criadas e apoiadas iniciativas capazes de dinamizar os produtos já conhecidos e tidos como principais (açúcar e álcool), como também os subprodutos (bagaço, alcoóis finos, açúcares concentrados, açúcar orgânico,

açúcar líquido, etc.), que através da sucro-alcoolquímica possam ganhar referencial de escala e mercado. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 108).

Considerando fatores de ordem social e ambiental o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro envolve diversos pontos críticos que pesam sobre questões como a produção de alimentos, o meio ambiente, o tecido social e o desenvolvimento regional. Por trás do véu que envolve estas questões está a retórica defendida pelo poder público, ambientalistas e pelo discurso midiático, com forte poder ideológico, ou melhor, de persuasão. No que se refere ao discurso midiático, assevera Mendonça (2007):

Por detrás dos discursos midiáticos fortalecem-se ações devastadoras, sem, no entanto, colocar em pauta as reivindicações para a satisfação das necessidades básicas para milhões de brasileiros, agraciados, com a *indigência assistida* patrocinada pelo Estado e aplaudida pela *filantropia social* que clama por justiça social, desde que não ocorram mudanças estruturais na sociedade brasileira. (MENDONÇA, 2007, p. 3).

Diante da acelerada territorialização dos complexos agroindustriais da cana-de-açúcar e do álcool combustível nas áreas de Cerrado brasileiro, várias famílias são despossuídas de suas terras ou são separadas em nome da busca de empregos precários oferecidos pelas *oligarquias da cana*, se sujeitando a trabalhos temporários em condições aviltantes. Mercantilizando as mentes e as ações dos trabalhadores, diante das condições básicas existenciais eles (os trabalhadores) passam a não entender ou questionar as tramas e formas de exploração da terra pelos agentes do *agrohidronegocio*.

Desta forma, com base nas reflexões expostas, como garantir o entendimento pleno dos reais interesses dos complexos do setor sucroalcooleiro que insistem em permanecer escondidos se “um dos traços marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação”. (SANTOS, 2001, p. 38). Sem dúvida, os meios de comunicação de massa assumem função estratégica fundamental na direção da conduta humana, no sentido de garantirem uma sociabilidade voltada para obedecer às determinações do capital (THOMAZ JUNIOR, 2009).

A exploração do trabalho e territorialização dos complexos agroindustriais nas áreas do Cerrado brasileiro implicam também no aprofundamento de outra condição histórica, ou seja, os latifúndios, como meio de servir aos interesses dos agentes do capital hegemônico que dominam o agronegócio, propondo leituras uniformes do território. Mito do agronegócio, esta posição

(homogeneizadora do território) insiste em manter sua famigerada fama, porém, como pesquisadores é necessário “[...] contemplar as especificidades e, mais ainda, perceber que os territórios estão em permanente disputa”. (MENDONÇA, 2007, p. 21).

De acordo com as reflexões de Santos (2001, p, 171), se “[...] nosso mundo é complexo e confuso ao mesmo tempo, graças à força com a qual a ideologia penetra objetos e ações”, diante da expansão do setor sucroalcooleiro o papel dos agentes formadores de opinião e da sociedade precisa ser posicionados de forma crítica e desveladora, *separando o joio do trigo*. Isso leva a urgente necessidade de examinar com atenção o que fazer com as coisas, as ideias e também com as palavras. (SANTOS, 2001). Ou ainda, com a voz esclarecedora de um geógrafo, Mendonça (2009) enfatiza que:

A alternativa, a nosso ver, está na leitura do território a partir da Geografia, enquanto uma ciência que objetiva compreender o processo de apropriação e produção do espaço, portanto, visa, destacadamente, compreender a produção dos territórios. (MENDONÇA, 2009, p. 8).

Contudo, concomitante com a leitura do território sob o olhar geográfico, a socialização do conhecimento propiciado pela Geografia talvez seja o caminho mais curto e a posição mais adequada para que os propósitos em questão sejam alcançados, sem nos esquecermos, obviamente, da postura ideológica dos indivíduos (THOMAZ JUNIOR, 2009). Que a expansão do setor sucroalcooleiro fomente medidas mitigadoras dos problemas sociais e ambientais sendo usado apenas como meios de garantir novos mecanismos de apropriação e lucro para os agentes do capital em nome de sua própria “sobrevivência”. Eis o desafio!

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da reestruturação produtiva do capital implementada em nível mundial nas últimas décadas é extraordinário o progresso das técnicas e das ciências, criando condições para a acumulação de uma mais-valia universal. Quando essa insaciável busca por lucros atingem as áreas do Cerrado brasileiro por meio do agronegócio, as frações hegemônicas do capital passam a ter a competitividade como regra e guerra. No alvo de sua pesada artilharia estão os desapropriados da terra (condição de sobrevivência para milhares de camponeses), agricultores

em regime familiar, *Povos Cerradeiros* etc., empurrados para as periferias urbanas e encobertos pelos subterfúgios de políticas assistencialistas.

Nos interstícios das mudanças técnicas e científicas que envolvem o financiamento de pesquisas para o avanço dos agrocombustíveis, dificilmente o Estado garante a satisfação das necessidades sociais enquanto condições da própria existência de milhares de trabalhadores. As agroindústrias do setor sucroalcooleiro famintos pelas maiores fatias do mercado, em nome das tecnologias limpas se lançam em monstruosos projetos (em parceria com o Estado), financiando o crescimento de cultivos como a cana para produção de agrocombustíveis. Enquanto isso, diferente do que diariamente é anunciado pela mídia, financiada pelas *personas* do capital, o avanço do cultivo não alimentício em áreas de agricultura familiar, metamorfoseia, extingue e/ou erradica práticas sócio-culturais centenárias.

Quando as discussões abarcam a produção de agrocombustíveis, as questões que o envolvem necessitam ser equacionadas com um questionamento acerca da necessidade de novas políticas públicas e desenvolvimento territorial, considerando o planejamento integrado e sua relevância para explicitar ações inovadoras que possam assegurar trabalho, renda e inclusão social.

Se a contínua queima de combustíveis fósseis representa a catástrofe eminente para o planeta, a pesquisa e produção de combustíveis alternativos devem priorizar também o contexto social, conciliando desenvolvimento e sustentabilidade, ou ainda, que agroenergia não seja sinônimo de monocultura e latifúndios. O Cerrado, a agricultura familiar e os Povos *Cerradeiros* continuam sendo alvos da feroz destrutividade do agronegócio e da complexificação, intensificação e precarização do trabalho, espacializado pelos (re)arranjos do capital nas áreas de Cerrado.

Diante do cenário de redefinições tecnológicas e das atuais formas de gestão e controle do processo produtivo e do trabalho pelo capital, novos (re)arranjos sócio-espaciais e territoriais são impostos, revigorando o controle social. Desta forma, é necessário dar ênfase aos combustíveis renováveis como medida mitigadora para os impactos sociais e ambientais e não como termo para geração de lucro e reprodução do capital. Mesmo que as travagens e estranhamentos impostos pela reestruturação produtiva do capital persistem em expandir, em criar novas roupagens (agora também no setor de produção de agrocombustíveis), o espaço social ainda permanece cheio de possibilidades emancipadoras, revigorando a força dos movimentos sociais e

não menos importante, da pesquisa enquanto instrumento para a compreensão da realidade e primordial para fortalecer a luta por uma sociedade mais justa.

## REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital: A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização**. 2.ed. Londrina: Práxis, 1999.

\_\_\_\_\_. **Dimensões da globalização: o capital e suas contradições**. Londrina : Práxis, 2001.

\_\_\_\_\_. **O novo e precário mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do socialismo** São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. **O trabalho, sua morfologia e a era da precarização estrutural**. 2009. Disponível em: <http://revista-theomai.unq.edu.ar/NUMERO19/ArtAntunes.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2009.

BRAGA, R. **A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Xamã, 1996.

CASTRO, S. D. de. Oportunidades e pontos críticos no desenvolvimento do setor sucroalcooleiro no Estado de Goiás. 2007. In: II FORUM DE C&T NO CERRADO. **Impactos econômicos, sociais e ambientais no cultivo da cana de açúcar no território goiano**. Goiânia/GO, 05 de Out. de 2007.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DREW, D. **Processos interativos homem x meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

GIRARDI, G. O país do etanol. 2007. In: HORIZONTE GEOGRÁFICO. **O desafio dos Biocombustíveis**. Nº 112. 2007.

GOLDEMBERG, J. **Energia, meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Edusp, 1998.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

MARX, K. ENGELS, F. **O manifesto comunista**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MENDES, L de O. **Expansão do capital, territorialidade do trabalho e as respostas do SENAI em Catalão (GO) no século XXI: uma contribuição à Geografia do Trabalho**. 2007. 123 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

MENDONÇA, M. R. **A agrobioenergia: os mitos do setor sucroalcooleiro em Goiás**. 2009. 22 f. Disponível em: [http://www.geografia.ffe.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigosMendonca\\_MR.pdf](http://www.geografia.ffe.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigosMendonca_MR.pdf). Acesso em: 05 fev. 2010.

\_\_\_\_\_. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004. Disponível em: <[http://www4.fct.unesp.br/pos/.../04\\_MARCELO\\_RODRIGUES\\_MENDONCA.pdf](http://www4.fct.unesp.br/pos/.../04_MARCELO_RODRIGUES_MENDONCA.pdf)>. Acesso em: 04 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. **O agronegócio nas áreas de Cerrado: Impasses, Preocupações e Tendências**. 2007. In: II FORUM DE C&T NO CERRADO. Impactos econômicos, sociais e ambientais no cultivo da cana de açúcar no território goiano. Goiânia/GO, 05 de Out. de 2007.

MOREIRA, R. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**. Petrópolis:Vozes, 1985.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. M. S. de. **A relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado: gestão do trabalho e certificação ambiental**. 2003. 215 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

PAULINO, E. T. **Produção de alimentos e biocombustíveis: a quem beneficia?** 2009. P. 207-214. Revista Formação, n.15 volume 2 – p.189-226. Disponível em: [http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/n15v2/25\\_debate.pdf](http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/n15v2/25_debate.pdf). Acesso em: 12 Mar. 2010.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. 6.ed. São Paulo: Studio Nobel, 2002.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SECRETARIA DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS. **Goiás é destaque na produção de cana-de-açúcar.** 2010. Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=37358>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

THOMAZ JÚNIOR, A. A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. 2003. In: THOMAZ JÚNIOR, A. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos.** São Paulo: 2009. VOLUME 2. Disponível em: <[http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/\\_htm/f2.html](http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/_htm/f2.html)>. Acesso em: 10 fev. 2010.

\_\_\_\_\_. O novo ambiente institucional na agroindústria canavieira paulista e a luta pela terra. Uma Peleja Para A Classe Trabalhadora. 2003. In: THOMAZ JÚNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos.** São Paulo: 2009. VOLUME 2. Disponível em: <[http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/\\_htm/f2.html](http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/_htm/f2.html)>. Acesso em: 10 fev. 2010.

\_\_\_\_\_. O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no brasil. 2002. In: THOMAZ JÚNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos.** São Paulo: 2009. VOLUME 2. Disponível em: <[http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/\\_htm/f2.html](http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/_htm/f2.html)>. Acesso em: 10 fev. 2010.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia do trabalho.** Barcelona, 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/c4-athoy.htm>>. Acesso em: 05 nov. 2009.

THOMAZ JÚNIOR, A. MENDONÇA, M. R. A “modernização” da agricultura e os impactos sobre o trabalho. 2002. In: THOMAZ JÚNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos.** São Paulo: 2009. VOLUME 3. Disponível em: <[http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/\\_htm/f2.html](http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/_htm/f2.html)>. Acesso em: 10 fev. 2010.